



Concurso Público para provimento de vagas em cargos efetivos da Carreira  
de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Edital Nº 1065, de 26 de dezembro de 2018

**PROVA DE CONTEÚDO PEDAGÓGICO**

Setor:

Educação Especial

Candidato:

LEANDRA SOUZA VIEIRA

Frase:

"O professor não ensina, mas arranja modos de a própria criança descobrir. Cria situações-problemas." Piaget

Reescreva  
a frase:

"O professor não ensina, mas arranja modos de a própria criança descobrir. Cria situações-problemas". Piaget

Nº Identificador:

19326

"O professor não ensina, mas arranja modos de a própria criança descobrir. Cria situações-problemas." Piaget

Questão 01

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º ~~º~~ garante como princípio basilar da Educação: "promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação!" Garante ainda em seu capítulo III, artigo 205 o preceito da "Educação como direito de TODOS e dever do Estado".

Partindo desse pressuposto da Educação para TODOS, pergunta-se - "que implicações tem os valores inclusivos sobre as formas e conteúdos do que aprendemos e como ensinamos? Se os valores têm a ver <sup>ci</sup> como devemos viver juntos, então o currículo tem a ver com o que devemos aprender para viver bem." (Booth e Ainscow - 2011).

Nesse sentido discute-se a análise sobre a realidade das escolas, que atendem em agrupamentos as crianças ditas "normais" e no afastamento aquelas que não aprendem da mesma forma, o que acaba por privá-las em vez de potencializá-las enquanto cidadãos. Essas práticas vivenciadas nas escolas da Educação Básica do Ensino Regular vêm reforçando as práticas excludentes.

Em primeira instância percebe-se uma grande lacuna dos valores inclusivos nos conteúdos abordados nas escolas, os programas curriculares apresentam-se rígidos e se distanciam das práticas pedagógicas que consideram os educandos capazes, a grosso modo essas práticas não consideram o "modo" como os alunos aprendem e "como" é ensinado.

A dicotomia entre o ensino e aprendizagem está longe de oportunizar às crianças e adultos aspectos

menos formais e valorizar mais os atitudinais; pois as atividades dadas não demonstram reconhecer e potencializar a realidade e bagagem que os sujeitos trazem de conhecimento, essa experiência poderia ser um fator determinante para o sucesso das práticas nas escolas, segundo Carvalho (2007) e Branka (2003) os educandos trazem consigo uma gama de conhecimento, experiências vivenciadas que fuam da escola, um espaço de troca de saberes à partir da exploração e interação.

A avaliação nesse processo também deve colaborar, quando se torna contínua e flexível, e os erros fazem parte dessa construção de saberes, tendo em vista que o currículo padronizado em disciplinas e habilidades não considera experiências e competências, impossibilitando o caminho para reflexão e se distanciando dos problemas sociais, ambientais e políticos que a população escolar enfrenta.

Para Santos (2010), Bath e Ainscow, os fenômenos culturais, políticos e práticas são atos que obrigatoriamente devem se fazer presentes nas escolas que querem pensar em práticas inclusivas, pois, eles se refletem diretamente no cotidiano escolar. Há a interferência nas ações que vivenciamos corriqueiramente no chão das escolas.

O fim de um atendimento educacional que priorize a sociedade plural, a qual a comunidade escolar está arraigada faz-se necessário estimular ambientes mais acolhedores e dialógicos, que não reproduzam padrões negativos. Assim pode-se criar espaços escolares onde o ensino formal está atrelado aos valores humanísticos, tão essenciais para a formação dos educandos.

## Questão 2

A perspectiva da Educação para TODOS constitui-se um grande desafio na contemporaneidade, pois a realidade no chão das escolas de Ensino Básico Regular aponta para uma numerosa parcela de excluídos no sistema. O que vem descharacterizar a verdadeira função da Escola, contribuir para a formação de cidadãos críticos, participativos e transformadores da sua realidade. (Moreira)

Para Sacristan (1998) sem conteúdo não há ensino, qualquer projeto educativo acaba se concretizando na aspiração de conseguir alguns efeitos nos sujeitos que educam. Há o enfrentamento das escolas perante esse desafio, criar condições essenciais para atender a Democratização do Ensino nas escolas brasileiras.

Dessa forma (re) construir um currículo para TODOS, considerando a diversidade, é o maior desafio para as escolas que acabam se tornando monopolizadoras da comunidade, reproduzindo padrões de relações sociais que criam barreiras ao invés de minimizá-las.

De acordo com Moran (2011) devemos ir além do mecanismo do pensamento fragmentado que nos coloca em compartimentos disciplinares e curriculares e nos distancia do diálogo entre as disciplinas.

As políticas inclusivas desde a década de 1990 apontam para o reconhecimento, o acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino comum, o Plano Nacional da Educação, assim como a LDB e atualmente a Base Nacional Comum garantem os princípios inclusivos, currículo, métodos, recursos, organizações

adaptações curriculares para atender aos educandos, todos atrelados ao Projeto Político Pedagógico da escola.

Assim como, as Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado AEE na rede pública CNE/CEB (20096) recomendam planos de atendimento individualizado, adequados, adaptações sempre que necessárias para potencializar o aprendizado aos alunos com necessidades específicas.

Ainda assim, os currículos são estruturados hierarquicamente, os gestores em geral são vistos a cumprir ordens de entrega de projetos padronizados, pois pouco se observa a elaboração feita com participação de todos os professores e funcionários, conforme preconiza a LDB. Dessa forma, seguindo projetos padronizados a serem entregues a autoridades competentes, pouco se observa a participação democrática solicitada e prevista na Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

O trabalho colaborativo se perde, no chão das escolas, e não se considera o plano participativo entre gestores, alunos, professores e funcionários. Torna-se cada vez mais distante a inclusão nesse aspecto (Veiga 2004).

Para alcançar a adaptação real do currículo que atenda a TODOS, faz-se necessário quebrar com os paradigmas de padronização, estruturar ambientes de diálogo, parceria entre escola, famílias e comunidade com um único viés, atender os alunos nos ensinamentos formais e valores atitudinais, dentro da realidade e envolvimento de todos. Considerando, não somente um plano único para TODOS, mas "variado, flexível, onde se possa ofertar aos educandos a mesma aula

de variadas formas, tendo em vista, a diversidade de dos alunos." (Booth e Ainscow 2011)

### Questão 3

Partindo do pressuposto da Educação como Direito de TODOS, segundo a Constituição Federal /88 - a função da escola na contemporaneidade é alcançar significativamente os valores intrínsecos na realidade da escola a qual os alunos estão inseridos.

A Escola de Educação Infantil e o Colégio de aplicação CAP, tem como meta a elaboração, construção do currículo ancorado nos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, considerando a diversidade de seus alunos.

Nesta forma, o objetivo das Instituições EI e CAP é educação de qualidade que está atrelada aos princípios da autonomia do educando, seja ele da Educação Infantil ao Ensino médio, com necessidades educacionais especiais ou não.

Nesse sentido, entende-se que esses espaços escolares são lugares de experimentação e difusão de práticas pedagógicas fundamentadas nos princípios da Escola Nova - movimento que busca autonomia do educando no processo educativo, o que o torna o centro do processo pedagógico.

Considerando, a perspectiva dos projetos de Pesquisa e Extensão ambas são norteadoras da prática pedagógica por meio do diálogo, inclusivo, em parceria com pesquisadores externos. Faz parte do cotidiano a "reflexão x ação", na qual são solidárias, se iluminam constantemente e mutuamente (Paulo Freire - 1992).

Além disso, o Projeto Político Pedagógico de acordo com Veiga (2004) é um instrumento norteador das ações que irão refletir as ações no chão das escolas. Sendo assim em ~~as~~ ambas Unidades ele deve ser elaborado, ~~colaborado~~ reconstruído pensando nas práticas emancipatórias, ou seja de dentro para fora possibilitando potencializar o desenvolvimento da aprendizagem centrada no aluno.

O EI e o CAP utilizam de "práticas" <sup>construções</sup> para a discussão e fomentação em seu cotidiano. Em ações para a valorização e transformação de cultura por meio da formação humanística, isso se dá através de metodologias ativas que privilegiam o processo durante o ensino e aprendizagem em que o sujeito é o agente ativo.

Nessa perspectiva os professores do EBTT tem como função mediar e propagar boas práticas pedagógicas já que estão no cotidiano como responsáveis dos estagiários das licenciaturas (futuros professores) em constantes interfaces coníquias.

Tendo em vista que cada educando é singular e traz uma bagagem única para o interior das escolas, se faz necessário um trabalho colaborativo na construção do currículo, de forma democrática com envolvimento de todos.

A fim de elaborar alternativas que atendam a cada aluno, pois entende-se que o currículo é vivo, dinâmico e flexível e deve ser adaptado ao contexto daquela respectiva escola. Somente assim, pode-se alcançar a diversidade da população escolar e atender as necessidades de cada aluno, respeitando a bagagem que cada um traz. Se necessário for

mediante os diálogos dos professores e profissionais envolvidos adaptar currículos.

Segundo Stainback (1990) os objetivos educacionais podem ser os mesmos, porém os específicos podem variar flexibilizar ou ser individualizados para se adequar às necessidades, habilidades, interesses e competências de cada um. (Stainback & Stainback 1990).